



Formação em Comercialização de Crédito Hipotecário (e-learning)

Enquadramento Geral

A publicação do Decreto-Lei n.º 74-A/2017 de 23 de junho que transpõe parcialmente a Diretiva n.º 2014-17-UE- C/2017 07 de julho, aportou ao mercado do Crédito Imobiliário um conjunto de inovações e de obrigações que impõem um nível de conhecimentos técnicos e profissionais que obrigam a uma preparação e capacitação cuidada dos profissionais que atuam neste mercado. Os profissionais que exercem a sua atividade na comercialização do crédito imobiliário têm que estar preparados tecnicamente para esta nova realidade.

Designação do curso e Duração

- Curso de Comercialização de Crédito Hipotecário enquadrado no Catálogo Nacional de Qualificações como Unidade de Formação de Curta Duração (UFCD 9854)
- Carga horária 25 h.

Modalidade e Forma de Organização da Formação

Formação contínua em formato e-learning visando o reforço de aspetos de qualificação, aperfeiçoamento, especialização e mesmo atualização para quem já exerce ou pretende vir a exercer este tipo de atividade.



Objetivos Gerais

No final da ação de formação os Formandos deverão possuir um nível adequado de conhecimentos e competências, de forma a prestar a devida assistência aos consumidores e a promover a concessão responsável de crédito.

Objetivos Específicos

No final da ação de formação os Formandos deverão ser capazes de:

- Definir os conceitos básicos de finanças relacionados com o crédito.
- Identificar as principais características dos produtos de crédito destinados a consumidores, nomeadamente produtos de crédito hipotecário.
- Caracterizar as regras e o processo de aquisição de imóveis e de registo predial.
- Reconhecer os deveres a cumprir na relação com os consumidores na comercialização de produtos de crédito hipotecário e na sua vigência.
- Caracterizar os mecanismos existentes para prevenir e regularizar situações de incumprimento de contratos de crédito.

Destinatários

- Pessoas (singulares e dos membros dos órgãos de administração das pessoas coletivas) que exercem ou pretendem exercer a atividade de intermediário de crédito e de prestação de serviços de consultoria relativamente a contratos de crédito;
- Trabalhadores das entidades que pretendam prestar serviços de intermediação de crédito ou de consultoria relativamente a contratos de crédito abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 74 - A/2017, de 23 de junho.



Conteúdos Programáticos

Módulos Temáticas
Módulo I – Noções fundamentais de Economia e Finanças <ul style="list-style-type: none">• Sistema económico• Sistema financeiro• Noções básicas de finanças
Módulo II – Características dos produtos de crédito em geral e do crédito hipotecário em especial <ul style="list-style-type: none">• Produtos de crédito destinados a pessoas singulares: crédito hipotecário e crédito aos consumidores• Custos do crédito• Reembolso do crédito• Garantias do crédito• Caracterização do mercado de crédito em Portugal
Módulo III – Noções gerais do processo de aquisição de imóveis e de registo predial <ul style="list-style-type: none">• Processo da compra de imóvel• Formalização e contratação do crédito• Regras gerais aplicáveis ao registo de bens imóveis
Módulo IV – Deveres a observar na comercialização de contratos de crédito hipotecário <ul style="list-style-type: none">• Deveres de conduta• Deveres de informação• Dever de assistência ao consumidor• Dever de avaliação da solvabilidade• Deveres associados à avaliação do imóvel• Vendas associadas facultativas e serviços acessórios ao crédito hipotecário• Regime de concessão de crédito bonificado à habitação a pessoa com deficiência
Módulo V – Deveres a observar na vigência de contratos de crédito hipotecário <ul style="list-style-type: none">• Informação a prestar na vigência do contrato de crédito• Reembolso antecipado• Renegociação do contrato• Deveres no acompanhamento dos clientes em risco de incumprimento (PARI)• Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI)• Regime da mora• Rede de Apoio ao Consumidor Endividado (RACE)• Resolução dos contratos de crédito, execução judicial e insolvência

Requisitos de Acesso

Cumprir com a escolaridade obrigatória legalmente definida e como habilitação escolar mínima o 3.º ciclo do ensino básico completo (9.º ano de escolaridade).